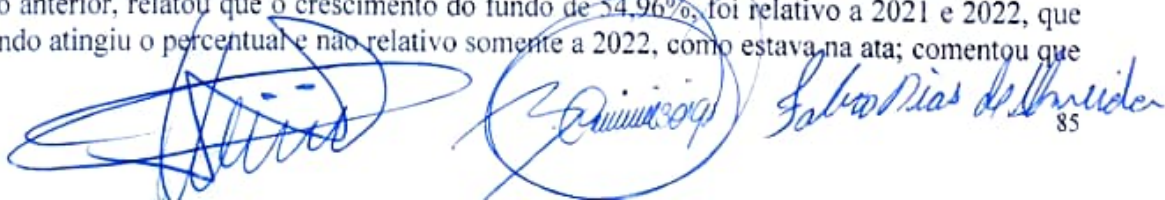


Ata da oitava reunião ordinária, do primeiro período legislativo, da segunda sessão legislativa anual, da nona legislatura da Câmara Municipal de São Geraldo do Araguaia, Estado do Pará; às doze horas do dia vinte e nove do mês de março do ano dois mil e vinte e dois, os senhores Vereadores se reuniram no salão da Câmara Municipal para realizarem a presente sessão; o presidente Vereador José Guedes da Silva Vieira declarou aberta a sessão e determinou ao segundo secretário da mesa Vereador Ronys Cley Dias Borges para realizar a leitura bíblica, que foi executada no livro de Salmos 27:1-3; prosseguindo, o primeiro secretário da mesa Vereador Fábio Dias de Almeida, executou a chamada de Vereadores, constatando a presença dos Vereadores José Ricardo Sousa Rios, José Guedes da Silva Vieira, Valdemilson Ribeiro Almeida, Ronys Cley Dias Borges, Denilson da Silva Gois, Fábio Dias de Almeida, Nilva de Sousa Brandão, Rômulo Assunção Pereira, Antônio Francisco Lima Fernandes, Sebastião Arrais dos Santos e José Brito da Silva; dando sequencia aos trabalhos, o presidente solicitou a Secretária Legislativa para fazer a leitura da ata da sessão anterior, que em votação foi aprovada por unanimidade; logo, a secretária passou a exposição da matéria em pauta para o expediente, que constou de **Parecer Conjunto das Comissões de Constituição, Justiça e Redação Final e Orçamento, Finanças e Administração Pública sobre o Projeto de Lei nº 02/2022, de 01 de fevereiro de 2022, oriundo do Poder Legislativo, de autoria do Vereador Antônio Francisco Lima Fernandes, que dispõe sobre a contratação de Vigilância Armada 24 horas, nas Agências Bancárias Públicas e Privadas e nas Cooperativas de Crédito do município de São Geraldo do Araguaia – PA e Pareceres Individuais das Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final, Orçamento, Finanças e Administração Pública e Saúde, Educação e Política Social, sobre o Projeto de Lei Complementar Nº 01/2022, de 03 de março de 2022, oriundo do Poder Executivo Municipal, que dispõe sobre a concessão do abono salarial aos profissionais da educação da rede municipal de ensino, na forma que especifica**; encerrada a leitura, o presidente encerrou o pequeno expediente e logo reabriu os trabalhos, dando início ao grande expediente, observando a lista de inscrição para uso da tribuna, facultou a palavra ao **Senhor Pedro Pereira de Freitas** – líder comunitário e ex-coordenador do SINTEPP, que estava autorizado a fazer uso, via pedido deliberado pela Câmara na sessão anterior; o Senhor Pedro agradeceu a oportunidade de usar a tribuna e argumentou que o SINTEPP já existia há muito tempo e não somente há pouco tempo, como se vinha fazendo acreditar; expôs as mais variadas dificuldades que existia quando foi coordenador e informando que a subsele era em Xinguara – PA, quando não existia redes sociais e nem internet; que como coordenador, buscou vários benefícios para a categoria como o pagamento de adicional de férias, a realização de concurso público, a implantação de curso superior para capacitação dos professores; lembrou que foi vaiado quando falou em reunião da classe, sobre a necessidade de realização de concurso público para os professores, mas depois se conscientizaram que tinha razão; relatou que participou ativamente da luta de várias melhorias para as escolas da zona rural, inclusive o fornecimento de merenda escolar e que sua luta se estendeu também pela APAE, entre outras; comentou que entendia que educação se fazia com o gestor, profissionais da educação, alunos e pais; que reconhecia ter cometido erro como coordenador, quando não judicializou o município por não ter repassado corretamente ao INSS, a arrecadação previdenciária dos servidores no passado, pois agora via os prejuízos que isso estava causando aos profissionais que tentavam se aposentar e não conseguiam provar que fizeram a contribuição; que foi contra a criação do IPRESGA – Instituto de Previdência de São Geraldo do Araguaia –PA, pois sabia que só traria prejuízos a categoria; comentou que não houve aproveitamento com as aulas on-line, falando ainda sobre várias situações que causavam prejuízos aos profissionais que queriam se aposentar e após as considerações finais, encerrou seu pronunciamento; logo o presidente convidou o **Senhor Geraldo Isaias - Presidente do FUNDEB** para falar sobre a atual situação do reajuste do piso salarial dos professores; este iniciou sua fala pedindo alteração da ata da sessão anterior, pois em seu pronunciamento na sessão anterior, relatou que o crescimento do fundo de 54,96%, foi relativo a 2021 e 2022, que somando atingiu o percentual e não relativo somente a 2022, como estava na ata; comentou que



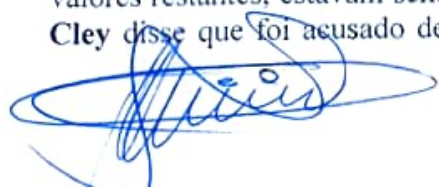
85

pegaram o seu pronunciamento e reeditarão, distorcendo suas palavras e fizeram publicação; outra situação era que as folhas de pagamentos não eram disponibilizadas ao órgão que representava o tempo todo como o gestor e a Secretária Municipal de Educação afirmaram no pronunciamento via rádio; esclareceu ainda que o abono pago aos professores, de forma alguma seria devolvido, pois a categoria não iria pagar pelos erros da administração, pois o fato do gestor ter enviado projeto atrasado era de total responsabilidade dele e o que estava acontecendo se assemelhava a pedalada fiscal; em seguida o **Vereador Rômulo Assunção**, de posse da palavra, falou que fez requerimento, pedindo a aquisição de aparelho de ultrassom e de ecocardiograma para o município, para atender a demanda que é muito grande; logo pediu o envio de ofício ao gestor, pedindo aplicação dos recursos das emendas do Senadores Paulo Rocha, Jader Barbalho e Priante; logo esclareceu que os comentários de que os Vereadores estariam votando materiais para prejudicar os servidores da educação era mentirosa, ao contrário, que estavam na luta por melhorias para a categoria; usando a palavra o **Vereador Fábio** comunicou que o atraso no início da sessão se deu em virtude de estarem agilizando e pautando o projeto de lei sobre o abono, que nem estava preparado para ser pautado na sessão, mas que foi colocado em respeito aos convocados pelo Prefeito para virem assistir a sessão, querendo desabonar a conduta da Casa; que a gestão vinha trabalhando com manipulação, fazendo os profissionais da educação acreditar que os vereadores queriam prejudica-los, o que era totalmente mentiroso; esclareceu que primeiramente o gestor deveria ter mandado o projeto de lei para aprovação e criação da lei e depois ter pago o abono, ao contrario do que se fez; em segundo, que os professores não tinham que devolver nada, pois não eram responsáveis pela pedalada fiscal do Prefeito; em terceiro salientou que sempre foi coerente nas suas ações como vereador, votando pelos direitos da categoria e lutando pelas melhorias da classe; que falava como vereador, professor e pai de aluno da rede pública de ensino do município; que tinha coragem para fazer os esclarecimentos, ante a qualquer situação e que queria deixar seu nome na historia, como defensor dos direitos dos professores; o **Vereador Antônio Lima** cumprimentou o público, agradecendo a presença de todos os companheiros de luta; falou sobre o projeto de lei de sua autoria, que traria adequação das agências e também a geração de empregos, logo agradeceu os colegas vereadores pela aprovação do projeto de sua autoria; em seguida comentou que agradecia por seu emprego de vereador; que estar vereador era satisfatório e buscava atender aos seus eleitores e também a toda população, pois era prazeroso lutar pelo povo; que estar vereador tinha dois lados, um era satisfação, o outro era tristeza, como no caso do Projeto de Lei do abono, lembrando que a Câmara estava de recesso até o dia quinze de fevereiro e não tinha trabalhos legislativos e que o Prefeito fez tudo de boa fé, fazendo o rateio dos valores entre os servidores; desmentiu o que disse o vereador Fábio, de que o projeto de lei sobre o abono não estava na pauta, que estava sim e só faltava o vereador Fábio para dar o seu parecer como membro de comissão e indagava que, se a Câmara estava de recesso, o Prefeito deveria esperar até o mês de março pra pagar, que achava que não; dando sequência usou a palavra o **Vereador Ronys Cley**, este cumprimentou ao público e agradeceu ao Prefeito e a Secretária de Educação por terem enviado servidores do Poder Executivo para assistirem a sessão; diante da fala do colega Antônio Lima, alegando que a Câmara estava de recesso, esclareceu que existia a possibilidade do Prefeito convocar a Câmara extraordinariamente para deliberar o projeto de lei, se este tivesse sido enviado durante o recesso, ressaltando ainda que o Prefeito deveria ter mandado o projeto pra Câmara, pra que depois deste ser votado, pudesse ser executado e o que se fez foi o contrário; que o gestor pregava tanta honestidade, mas não tinha clareza em seus atos; que muitos servidores apoiavam a forma de agir do prefeito porque tinham portaria de cargos de provimento em comissão, mas no futuro voltariam a ser somente professores e era bom lembrarem disso; logo após o presidente convidou o **Senhor Sidnez Cardoso** - presidente do SINTEPP, para fazer esclarecimentos sobre a crise dos professores, este discorreu que todos estavam buscando direitos conjuntos, que a luta era em prol de todos os profissionais e que não deviam se exaltar; que toda a confusão que estavam vivendo era por falta de diálogo do gestor com a categoria;

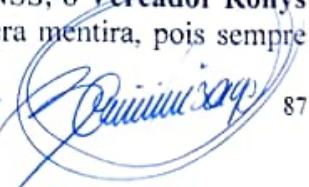


Salvo Dias de Almeida

salientou que por ocasião da definição dos valores do abono pagos aos professores, tentou argumentar, buscando alteração para maior no valor a ser pago, mas infelizmente não tiveram retorno em nenhuma das tentativas; comentou que a gestão fez publicação de que a justiça havia declarado a greve dos professores irregular, mas até o momento o SINTEPP não tinha sido notificado dessa decisão; reafirmou que o gestor poderia ter sentado e ouvido a categoria, que poderia estar fazendo uma ótima gestão, mas não queria diálogo e não atendia a nenhum ofício dos órgãos representativos da educação; logo prometeu que os professores fariam a reposição de cem por cento das aulas, referentes ao período da greve, mas que o SINTEPP estaria judicializando a cobrança de todos os direitos dos professores que não estavam sendo pagos; que só queriam que o gestor reconhecesse o sindicato e tratasse a todos com conhecimento e respeito; em seguida foi convidada a falar a **Senhora Nédyma Costa** – Presidente do Conselho Municipal de Educação, esta agradeceu que a Casa estava cheia de servidores da educação que geralmente não participavam dos movimentos do SINTEPP, afirmando que a luta era em torno do bem de todos; argumentou que os professores tiveram de se reinventar durante a pandemia, usando recursos próprios para fazer as aulas online e só queriam respeito, que pessoalmente não precisava do amor das pessoas, mas o respeito era exigido; que se percebia, que também não havia diálogo entre o gestor com a Câmara, pois se o Poder Legislativo estava de recesso, poderia ter convocado extraordinárias para votar o projeto e evitar a situação, como na ocasião em que foi vetado o Projeto do PCCR em período de recesso parlamentar e que o procedimento do gestor nesta situação configurava pedalada fiscal; conclusos os pronunciamentos, o presidente deu início a discussão e votação da matéria, iniciando pela **discussão e votação do Parecer Conjunto das Comissões sobre o Projeto de Lei nº 02/2022, do Vereador Antônio Lima, que foi aprovado por unanimidade; em seguida foram discutidos e votados individualmente os Pareceres das Comissões sobre o Projeto de Lei Complementar nº 01/2022, do Poder Executivo, que obtiveram os seguintes resultados: Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final foi aprovado por unanimidade, Parecer da Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública foi aprovado por unanimidade e Parecer da Comissão de Saúde, Educação e Política Social foi rejeitado por maioria simples, tendo o parecer obtido cinco votos favoráveis dos Vereadores Valdemilson, Sebastião Arrais, José Brito, Denilson Gois e Antônio Lima e cinco votos contrários dos Vereadores Ronys Cley, Nilva Brandão, José Ricardo, Rômulo Assunção e Fábio Dias, o que configurou empate e conforme Regimento Interno Artigo 251, o presidente emitiu voto de desempate, tendo votado contrário à aprovação do parecer; após o encerramento da votação o presidente facultou a palavra para as explicações pessoais, a Vereadora Nilva Brandão disse que toda a situação em torno do abono pago aos professores, só estava daquela forma por falta de diálogo e humildade, o que faltava ao prefeito, pois ninguém era perfeito, mas deviam estar sempre prontos a pedir desculpas diante de erros cometidos; o Vereador José Ricardo agradeceu a emenda do Deputado Miro Sanova, destinando recursos para o calçamento das ruas do Povoado Vila Nova, falando sobre as razões de seu voto contrário ao Projeto de Lei sobre o abono, comentou que inicialmente, em meados do mês de dezembro próximo passado, abordou o prefeito sobre o assunto, enviando sugestão para que o projeto fosse elaborado e enviado para ser votado na Câmara, mas não teve nenhuma resposta sobre o assunto, que por várias vezes os vereadores convidaram o Prefeito para se reunirem para tratarem sobre pendências do município e este jamais havia atendido aos convites da Câmara; citou que todas as situações, como a greve os problemas com a ilegalidade para o pagamento do abono, era por falta de diálogo; citou que seu objetivo não era fazer política, mas queria os benefícios para os profissionais; falou que viu vários questionamentos sobre a Câmara estar votando contra o abono, mas isso não era verdade e que sempre seria a favor do que estivesse dentro da lei; o Vereador Antônio Lima argumentou que todas as contas da gestão, no futuro seriam levadas a deliberação da justiça, que analisaria; informando que com os valores restantes, estavam sendo pagos a dívida do município com o INSS; o Vereador Ronys Cley disse que foi acusado de votar contra os professores, mas isso era mentira, pois sempre**



*Sebastião Arrais*



havia votado aprovando os projetos em benefício da classe; que era vereador, seu voto era livre e votava no que estivesse certo; comentou que o Prefeito deveria se sentar e ouvir a categoria, pois queria governar através de redes sociais e isso não funcionava; o **Vereador Sebastião Arrais** ressaltou que foi eleito para somar e via no gestor uma pessoa capacitada para dirigir a cidade; que criticar era fácil, mas fazer o que a gestão estava fazendo era difícil; afirmou que acompanhava os trabalhos e que enquanto o gestor estivesse trabalhando da forma em que vinha fazendo, estaria lhe apoiando; que a gestão precisava ter concorrente e que isso era importante, que tinha admiração pelas autoridades representativas da categoria; o **Vereador Fábio Dias** que sua opinião era de que, quando as pessoas chegavam à Casa Legislativa, chegavam sem saber de tudo; argumentou que o colega Antônio Lima afirmou que o Projeto de Lei do abono estava na pauta da sessão e era mentira, pois não estava; que o colega só falava quando era conveniente, que sempre usava palavras bonitas, mas tinha votado contra o Projeto do PCCR, por ocasião da votação do VETO TOTAL àquele projeto; afirmou que sempre tinha votado a favor em projetos que traziam benefícios a população; lembrando que vários colegas também tinham votado contra a categoria, quando votaram pelo VETO TOTAL do PCCR; o **Vereador Rômulo Assunção** citou que os vereadores, ao fazer qualquer cobrança à gestão era taxado de opositor, mas na realidade estavam era ajudando; logo agradeceu ao Prefeito e Secretário de Obras, pelas obras realizadas em vários setores, inclusive o calçamento do Bairro Santa Terezinha, que há muito tempo estavam esquecidos, não recebendo melhorias da administração; o **Vereador Valdemilson** citou que cada vereador tinha sua opinião, o que era compreensível e respeitava e que naquilo que a gestão esteve agindo corretamente, estaria sempre pronto a ajudar; dando continuidade o presidente **Vereador José Guedes** agradeceu a presença de todos na sessão e esclareceu que a Câmara não tinha que ir atrás do Chefe do Poder Executivo para dizer o que este tinha de fazer; comentou que a Câmara nunca estivera contra o pagamento do abono aos professores e pessoal de apoio e eu os servidores não teriam jamais, que devolver o abono, pois a responsabilidade era do Prefeito; informou ainda que a Casa Legislativa não foi acionada e não houve envio de projeto de lei sobre o tema, no período do recesso parlamentar, pois caso contrário, se a Câmara tivesse recebido convocação, teria responsabilidade, mas não foi isso que aconteceu e a Casa não assumiria o erro da gestão do Poder Executivo Municipal; em seguida, observando não haver mais nada a ser deliberado, encerrou a sessão e determinou a lavratura desta ata, que será votada e assinada pela mesa diretora.



Fábio Dias de Almeida